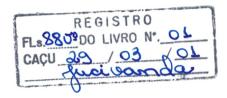




PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Caçu

Comissão Especial

Projeto de Lei nº 04/01, de 05-02-2001. Autoria: Chefe do Poder Executivo Cria o Fundo Municipal de Gestão dos recursos do FUNDEF e dá outras providências.



Emenda Modificativa n° 01.

Modifica o § 1° do art. 2°, art. 3°, parágrafo único do art. 5° e art. 6° do Projeto de Lei em apreço.

O § 1° do art. 2°, art.3°, parágrafo único do artigo 5° e artigo 6° do Projeto de Lei n° 04/01 de O5 de fevereiro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

instituições financeiras oficiais, em conta específica sob a denominação — Fundo Municipal de Gestão e Movimentação dos Recursos do FUNDEF, devendo, referida conta ser movimentada em conjunto pelo Secretário Municipal da Educação e pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3° - O Fundo ora criado será gerenciado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Secretário da pasta, sob fiscalização do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, cujas prestações de Contas mensais e anuais deverão conter, obrigatoriamente, Certidão assinada pelos membros do Conselho, atestando a regularidade ou não do ingresso e aplicação dos recursos pertinentes ao Fundo.



PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Caçu

Parágrafo único — No mínimo 60% (sessenta por cento) do total dos recursos do FUNDEF e transferido ao Fundo Municipal será assegurado para a remuneração dos professores em efetivo exercício de suas atividades do Ensino Fundamental, o restante de até 40% (quarenta por cento), será direcionado para despesas diversas enquadradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, na forma prevista no art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96.

Art. 6° - O Secretário Municipal da Educação prestará contas mensais e anuais dos recursos transferidos ao Fundo Municipal, ao Tribunal de Contas dos Municípios, e à Câmara Municipal, nos termos do inciso X do art. 77 da Constituição Estadual."

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Caçu, aos 🥰 dias do mês de Fevereiro de 2001.

Vereador Divino José de Macêdo

- Relator -

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda justifica-se pela necessidade de adequação às normas legais, no sentido de que qualquer recurso público está obrigado a movimentação bancária por mais de uma pessoa.

Justifica-se também pelo fato de que a lei nº 9.394/96 prevê que o restante dos recursos, além dos 60% (sessenta por cento) obrigatórios aos profissionais do magistério, seja efetivamente aplicados no desenvolvimento do ensino fundamental.

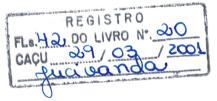
Há também a obrigatoriedade de o Secretário Municipal de Educação prestar contas, não somente ao Tribunal de Contas dos Municípios, como também à Câmara Municipal, que exerce a função fiscalizadora dos atos do Executivo.

Conto com o apoio dos colegas na aprovação da presente matéria.





ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU



"Cria o Fundo Municipal de Gestão dos Recursos do FUNDEF e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇU:

Faço saber que a Câmara Municipal de Caçu, Estado de Goiás, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º. Fica criado no âmbito da Secretaria Municipal da Educação o Fundo Municipal de Gestão e Movimentação dos Recursos do FUNDEF, com a finalidade exclusiva de gerenciar os recursos do FUNDEF transferidos ao Fundo pelo Município, o qual terá natureza contábil autônoma.
- Art. 2º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Gestão e Movimentação de Recursos do FUNDEF:
- I as provenientes de transferências do FUNDEF, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas da rede municipal de ensino, observado o censo escolar e os coeficientes de distribuição apurados e publicados anualmente pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na Lei Federal nº 9.424, de 24/12/1996;
 - II as decorrentes de complementação da União, quando houver;
- III as derivadas das aplicações dos saldos das contas em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública junto à instituição financeira depositária dos recursos.

Parágrafo 1º. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta específica sob a denominação - Fundo Municipal de Gestão e Movimentação dos Recursos do FUNDEF.

Art. 3º. O Fundo ora criado será gerenciado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Secretário Municipal de Educação, sob fiscalização do chefe

Av. Izidoro Goulart, 327 Centro - Caçu - Goiás - Telefone: (062) 656-1060



ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

do Poder Executivo Municipal e do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

Art. 4º. A execução das despesas relativas a aplicação dos recursos transferidos ao Fundo Municipal ocorrerá segundo a programação própria consignada no seu orçamento.

Art. 5°. Os recursos transferidos ao Fundo Municipal, somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do Magistério, na forma prevista na Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDBE, e no art. 60, § 7°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88.

Parágrafo único. Pelo menos 60% (sessenta por cento) do total dos recursos do FUNDEF e transferido ao Fundo Municipal será assegurado para a remuneração dos professores em efetivo exercício de suas atividades do Ensino Fundamental.

Art. 6º. O Secretário Municipal da Educação prestará contas mensais e anuais dos recursos transferidos ao Fundo Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios, nos termos do inciso X do art. 77 da Constituição Estadual.

Art. 7°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1° de janeiro de 2.001.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU-GO, em 05 de 2001.

Rui Alves Martins. Prefeito Municipal.



PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Caçu

Comissão Especial

Projeto de Lei nº 04/01, de 05-02-2001. Autoria: Chefe do Poder Executivo Cria o Fundo Municipal de Gestão dos recursos do FUNDEF e dá outras providências.

Relatório:

A matéria em estudo cria o Fundo Municipal de Gestão dos recursos do FUNDEF e dá outras providências. O Projeto supra mencionado é justo, necessário e legal, não existindo outra forma de receber recursos para a manutenção do ensino fundamental, senão mediante a criação do Fundo Municipal, razão assistindo ao Chefe do Poder Executivo quanto a elaboração do presente Projeto, que está devidamente embasado às normas inerentes à espécie.

No entanto, achamos por bem acrescentar algumas alterações no referido Projeto, na forma de Emenda Modificativa nº 01/01, definidas através de pleitos dos profissionais da educação, e que não contrariam e nem prejudicam a finalidade do presente Projeto.

Assim sendo, esta Comissão, emite seu Parecer <u>FAVORAVEL</u> à aprovação do Projeto, desde que seja acrescida a Emenda proposta por esta Relatoria.

É o Parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Caçu, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2001.

Vereador Divino José de Macêdo

- Relator -

Rua João Batista Gama, 599 - Centro - Fone: (62) 656-1442 - Fax: (62) 656-1348



ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE CACU

Of. Mensagem nº 005/01, de 05 de juveriuro de 2001.

Senhora Presidente.

Em anexo, o projeto de lei que submetemos à apreciação dessa ilustrada Casa de Leis, dispondo sobre criação do Fundo Municipal de Gestão dos Recursos do FUNDEF.

O Fundo Municipal de Gestão dos Recursos do FUNDEF, tem a finalidade de melhor controlar as verbas a ele destinadas, bem assim os gastos por ele realizados, passando executar as despesas relativas a aplicação dos recursos segundo a programação própria consignada no orçamento.

Esclarecemos que, com a criação do Fundo o Secretário Municipal da Educação passará a ter a obrigação de prestar contas mensais e anuais dos recursos transferidos ao Fundo Municipal, ao Tribunal de Contas dos Municípios, o que proporcionarão maiores transparências em suas aplicações.

Em razão do interesse que envolve a matéria, esperamos seja dada à mesma tramitação em caráter de urgência, urgentíssima, de acordo com o disposto no art. 24 da Lei Orgânica Municipal.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência e a seus dignos pares protestos de elevada consideração.

Rui Alves Martins. Prefeito Municipal.

Excelentíssima Senhora Vereadora **Fátima Maria da Cunha Rodrigues** DD^a. Presidente da Câmara Municipal de Caçu Nesta.